

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
fundada em 1917
Periodicidade semestral
XXXVII - N.º 2 - 1996

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente - PROF. DOUTOR PAULO DE PITTA E CUNHA

Vogais - PROF. DOUTOR JORGE MIRANDA

- PROF. DOUTOR PAMPLONA CORTE-REAL
- PROF. DOUTOR DUARTE NOGUEIRA
- MESTRE RUI CARLOS PEREIRA
- MESTRA TERESA LUSO SOARES
- MESTRE LUÍS MÁXIMO DOS SANTOS
- MESTRE JORGE BACELAR GOUVEIA

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1699 Lisboa Codex - PORTUGAL

Telefone 7977053/54; Telecópia 7950303

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

LEX - Edições Jurídicas, Lda.

Av. de Berna, 31, R/c Esq.

1000 Lisboa

Telefone 7931585

Fax 7960747

Publicação subsidiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

ISSN 0870-3116

I Doutrina

- Maria Angélica Gelli* — El Derecho a la Vida en el Constitucionalismo Argentino: Problemas y Cuestiones 363
- Soares Martínez* — Uma Interpretação de Francisco de Miranda, Aventureiro, Militar e Político 379
- Vitalino Canas* — Tribunal Constitucional: Órgão de Estratégia Legislativa? 393
- António Sequeira Ribeiro* — Sobre os Pactos de Jurisdição na Convenção de Bruxelas de 1968: Uma Breve Abordagem ao Art. 17º .. 407
- Carla Amado Gomes* — Pistas de Investigação para o Estudo do Controlo Jurisdicional das Operações Materiais da Administração . 453

II Trabalhos Legislativos

- Maria Fernanda Palma e Paulo Otero* — Revisão do Regime Legal do Ilícito de Mera Ordenação Social 557

III Vida da Faculdade

- Jornadas de Direito Constitucional — Discursos. Discurso do Presidente da República. Discurso do Professor Jorge Miranda 595
- José de Oliveira Ascensão* — Parecer sobre o «Relatório sobre o Programa, o Conteúdo e os Métodos de Ensino da Disciplina de Direito e Processo Civil (Arrendamento) 603
- Doutoramento *Honoris Causa* de *Jorge Miranda* 609
- Jorge Miranda* — Arguição da Dissertação de Doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) do Mestre Paulo Otero 615
- Jorge Miranda* — Parecer sobre o Ensino Superior Particular e Cooperativo 625
- Convénio com a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais 643
- 1º Curso de Pós-Graduação em Ciências Político-Administrativas — Programas 645
- Jorge Miranda* — Projecto de Regulamento de Avaliação dos Alunos 677

1º CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

PROGRAMAS

No ano lectivo de 1995-1996 efectuou-se o primeiro curso de pós-graduação de Ciências Político-Administrativas.

De seguida indicam-se os regentes, os programas e as bibliografias fundamentais de diversas disciplinas ministradas.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 27 de Maio de 1996.

SOCIOLOGIA POLÍTICA

Regência - Professor Doutor Manuel Villaverde Cabral

UMA INTRODUÇÃO

1. Distinções e opções no estudo da Política. Abordagens disciplinares: filosofia, teoria e ciência política; antropologia e história política; economia e psicologia política.
2. O contributo da sociologia: diferenciação social e constituição do campo político.
3. A política como sistema social. Virtualidades e limites das teorias funcionalistas.
4. A teoria dos sistemas políticos. Actores, público, administração e comunicação política. Aplicações históricas e actuais. As transições de regimes: o desenvolvimento político.
5. A formação dos sistemas políticos modernos. Poder e Estado. Autoridade e legitimidade. Forças sociais e mobilização política. Participação e exclusão. “Elites” e “massas”. Oligarquias e clientelas.
6. Evolução da noção de cidadania. Igualdade natural, igualdade liberal e igualdade democrática. A tentativa de John Rawls para reconciliar igualdade e liberdade; críticas à sua Teoria da Justiça.
7. Opinião pública, comunicação social e “marketing” político. Razão pública e “overlapping consensus” em John Rawls.
8. Estratificação e mobilidade social. Representação e acção colectiva. Partidos políticos; grupos de interesse e de pressão. Articulação, negociação e concertação social. Eleições e abstenção.
9. Pluralismo sócio-cultural e democracia. Transição e consolidação democrática. Legitimação pelos procedimentos e qualidade da democracia. O “estado-providência” e a sua crise.
10. Complexidade das sociedades modernas. Mudanças de valores, atitudes e comportamentos sociais. Crises de representação, participação e legitimação.
11. A transição democrática em Portugal numa perspectiva comparada. Estrutura e contingência. Actores, eleitores e instituições.
12. Consolidação e funcionamento da democracia portuguesa. Sociologia da elite política e do eleitorado em Portugal. Valores sócio-culturais e atitudes políticas da população portuguesa.

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

Regência - Professora Doutora Maria João Estorninho

I - INTRODUÇÃO

- A) Apresentação.
- B) Objecto e método da História das Ideias Políticas.

II - ANTIGUIDADE CLÁSSICA

- A) Platão.
- B) Aristóteles.

III - IDADE MÉDIA

- A) A revolução cristã: elementos de continuidade e elementos de ruptura.
- B) A questão das relações entre a Igreja e o Estado.
 - 1. A concepção dos primeiros cristãos: S. Pedro e S. Paulo.
 - 2. Santo Agostinho.
 - 3. O sacerdotalismo.
- C) S. Tomás de Aquino.

IV - RENASCIMENTO

- A) Introd.: o Renascimento e as ideias políticas.
- B) Maquiavel.
- C) O humanismo cristão.
 - 1. Erasmo.
 - 2. Thomas More.
- D) Jean Bodin.
- E) Thomas Hobbes.

V - ILUMINISMO

- A) A ambivalência política do séc. XVIII: as origens da visão liberal e o despotismo esclarecido.
- B) O despotismo esclarecido.
 - 1. A «versão filosófica» (Voltaire).
 - 2. A «versão económica» (os fisiocratas).
- C) John Locke.
- D) Montesquieu.
- E) Rousseau.

VI - IDADE CONTEMPORÂNEA

- A) O constitucionalismo liberal.
 - 1. Características gerais: o liberalismo económico e o liberalismo político.
 - 2. A Revolução Americana.
 - 3. A Revolução Francesa.

4. Benjamin Constant.
 5. Alexis de Tocqueville.
- B) O socialismo e o marxismo.
 - C) A social democracia.
 - D) A democracia cristã.
 - E) O fascismo e o nazismo.
 - F) O Estado-Providência e a sua crise (o neo-liberalismo, a nova direita, os verdes).

ALGUMAS SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS - Obras Gerais

DIOGO FREITAS DO AMARAL, «Ciência Política», 3 vols., Lisboa, 1990.

J. SILVA CUNHA, «História Breve das Ideias Políticas», Porto, 1981.

ANTÓNIO DE SOUSA LARA, «Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias», 2 vols., Lisboa, 1994.

JEAN TOUCHARD, «História das Ideias Políticas», Public. Europa-América, 7 vols..

MARCEL PRÉLOT, «Histoire des Idées Politiques», Dalloz, Paris, 8ª ed., 1984.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Regência - Professor Doutor Jorge Miranda

Tema geral

A CONSTITUIÇÃO POLITICA PORTUGUESA - O POVO E OS ÓRGÃOS DA FUNÇÃO POLÍTICA

I

Forma e sistema de governo

1.

1. A formação histórica da democracia representativa.
2. A democracia representativa em Portugal.
3. Os princípios da democracia representativa e a Constituição:
 - a) O princípio democrático;
 - b) O princípio representativo.
4. Democracia representativa e eleição.
5. Democracia representativa e partidos políticos.
6. Os elementos complementares:
 - a) Democracia directa;
 - b) Democracia semidirecta;
 - c) Democracia representativa.

2.

Sistema de governo

7. Os sistemas de governo ao longo do constitucionalismo português.
8. A formação do actual sistema de governo.
9. Características fundamentais do sistema.
10. O sistema de governo das regiões autónomas
11. O sistema de governo dos municípios.

II

O povo, as eleições e o referendo

12. A organização política do povo e o colégio eleitoral.
13. Os princípios gerais de Direito eleitoral:
 - a) A oficiosidade e a obrigatoriedade do recenseamento;
 - b) A liberdade de propaganda;
 - c) A igualdade das candidaturas;
 - d) A imparcialidade das entidades públicas;
 - e) O princípio da fiscalização das contas;

- f) O princípio da representação proporcional;
 - g) Os princípios do contencioso eleitoral.
14. As eleições políticas em especial:
- a) A eleição do Presidente da República;
 - b) A eleição dos Deputados à Assembleia da República;
 - c) A eleição de Deputados às Assembleias Legislativas Regionais;
 - d) A eleição de Deputados ao Parlamento Europeu.
15. Eleições e referendo.
16. O referendo político nacional.
17. O referendo local

III

Os órgãos da função política

18. O regime comum dos órgãos da função política:
- a) O regime dos órgãos;
 - b) O regime dos titulares dos órgãos.
19. O Presidente da República:
- a) Competência;
 - b) O estatuto do titular.
20. A Assembleia da República:
- a) Competência
 - b) A organização e o funcionamento;
 - c) O estatuto dos Deputados.
21. O Governo:
- a) Competência.
 - b) A organização e o funcionamento;
 - c) O estatuto dos membros
22. Os órgãos auxiliares:
- a) O Conselho de Estado;
 - b) Os outros órgãos auxiliares.
23. Os órgãos das regiões autónomas:
- a) As Assembleias Legislativas Regionais;
 - b) Os Governos regionais;
 - c) Os Ministros da República.
24. Os actos políticos ou de governo.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Jorge Miranda, *A Constituição de 1976 - Formação, estrutura, princípios fundamentais*, Lisboa, 1978; *Manual de Direito Constitucional*, I, 4ª ed, Coimbra, 1990; *Ciência Política*, Lisboa, 1992; *Estudos de Direito Eleitoral*, Lisboa, 1995.
- João Baptista Machado, *Participação e descentralização, Democratização e neutralidade na Constituição de 1976*, Coimbra, 1982.
- Marcelo Rebelo de Sousa, *Os partidos políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, 1983; *O sistema de governo português*, 4ª ed., Lisboa, 1992;

- André Gonçalves Pereira, *O semipresidencialismo em Portugal*, Lisboa, 1984;
- António Vitorino, *O sistema de governo na Constituição portuguesa de 1976 e na Constituição espanhola de 1978*, in *Revista Jurídica* nº 3, Janeiro-Fevereiro de 1984, pp. 33 e segs.
- Francisco Lucas Pires, *Teoria da Constituição de 1976 - A transição dualista*, Coimbra, 1988.
- *Portugal - O sistema político e constitucional*, obra colectiva, Lisboa, 1989.
- Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Os poderes do Presidente da República*, Coimbra, 1991; *Fundamentos da Constituição*, Lisboa, 1991; *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª ed., Coimbra, 1993.
- Cristina Queiroz, *O sistema político e constitucional português*, Lisboa, 1992;
- Giuseppe de Vergottini, *Diritto Costituzionale Comparato*, 4ª ed., Pádua, 1993.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Regência - Professor Doutor Fausto de Quadros e Mestre Luís Sousa da Fábrica

1. Considerações introdutórias e bibliografia.
O Procedimento Administrativo: conceito e relevância.
A polémica sobre a codificação do procedimento administrativo.
Experiências estrangeiras de codificação.
O caso português: dos projectos dos anos 60 à revisão de 1995.
2. Estrutura do Código do Procedimento Administrativo.
Âmbito de aplicação do CPA.
3. Os princípios gerais da actividade administrativa e os princípios gerais do procedimento.
4. Os sujeitos do procedimento: os órgãos administrativos.
Estrutura da Administração Pública portuguesa. Princípios constitucionais.
Conceitos básicos da teoria da organização administrativa. Relações entre pessoas colectivas e relações entre órgãos.
5. Tipos de órgãos
Órgãos colegiais: o regime do CPA.
Competência.
6. Delegação e subdelegação de poderes.
Figuras próximas.
Garantias de imparcialidade.
7. Os sujeitos do procedimento: os interessados.
Situações subjectivas dos particulares e legitimidade procedimental.
A polémica acerca dos interesses difusos.
8. e 9. A marcha do procedimento.
Princípios gerais.
Direitos e deveres das partes.
O direito à informação em especial.
Prazos.
Tramitação.
A audiência dos interessados.
10. A decisão e outras causas de extinção.
A problemática do silêncio da Administração.
11. A actividade administrativa e as suas formas.
O procedimento de elaboração de regulamentos. O CPA e o direito comparado.

12. e 13. O acto administrativo.
Sua relevância: ainda a *Schlüsselfigur* do Direito Administrativo?
O conceito de acto administrativo. A noção do CPA.
Objecto e forma.
Tipos de actos administrativos.
O dever de fundamentar em especial.
14. Eficácia, executoriedade e execução do acto administrativo.
15. Validade e invalidade do acto administrativo.
Nulidade e anulabilidade no CPA.
16. Revogação e modificação do acto administrativo.
17. Garantias face à actuação administrativa.
O sistema de garantias vigente. Outras opções.
Conceitos fundamentais.
18. e 19. O regime das garantias «graciosas» no CPA.
Reclamação.
Recurso hierárquico.
Recurso tutelar.
20. A articulação entre as garantias «graciosas» e as garantias contenciosas.
Problemas de constitucionalidade. O acto «verticalmente definitivo» e a impugnação administrativa necessária.
Encerramento do curso.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SELECIONADA

- Diogo Freitas do Amaral / João Caupers / João Martins Claro / João Raposo / Pedro Siza Vieira / Vasco Pereira da Silva, *Código do Procedimento Administrativo Anotado*, Coimbra, 2ª ed., 1995.
- *O Código do Procedimento Administrativo* - Seminário do INA, Oeiras, 1992.
- *O Novo Código do Procedimento Administrativo* - Seminário da UCP, Direito e Justiça, VI, 1992.
- Mário Esteves de Oliveira / Pedro Costa Gonçalves / João Pacheco de Amorim, *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2 tomos, Coimbra, 1993 - 1995.
- Fausto de Quadros / José Mário Ferreira de Almeida / Paulo Otero / Luis Fábrega, *Procedimento Administrativo*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VI, Lisboa, 1994, págs. 470 ss. (com referências bibliográficas adicionais).
- Diogo Freitas do Amaral e Laureano López Rodó (dirs.), *Procedimento Administrativo*, Santiago de Compostela, 1994.
- Comunicações de Fausto de Quadros, Sérvulo Correia, Marcelo Rebelo de Sousa, Vieira de Andrade e Freitas do Amaral publicadas na *Revista Legislação*, n.ºs. 9/10 (1994), págs. 111 ss.

TEORIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

Regência - Professor Doutor Vasco Pereira da Silva

I - INTRODUÇÃO

1 - Questões de método: interpretação *versus* descrição no ensino das ciências humanas. A referência aos modelos de Estado como «fio condutor» de uma «visita guiada» ao universo das teorias políticas contemporâneas.

II - O ESTADO LIBERAL

1 - A consolidação do Estado liberal na Europa do século XIX. As tensões e os «compromissos» entre liberdade e autoridade na realização prática do modelo de Estado liberal (v.g. Lei vs. Administração Pública) como reflexo da «duplicidade» da sua teorização (LOCKE e MONTESQUIEU vs. HOBBS e ROUSSEAU).

2 - «Revisitação» da teoria e da prática do liberalismo político (B. CONSTANT, TOCQUEVILLE, KANT).

3 - Teorizações políticas e sua cristalização jurídica. O Estado de Direito Liberal (JELLINEK, MAYER). O positivismo como «filho tardio» do liberalismo político (KELSEN, MERKL).

4 - Liberalismo político e liberalismo económico (SMITH, MALTHUS, RICARDO).

III - O ESTADO SOCIAL

1 - «Questão social», «crises do capitalismo» e mudança de paradigma político. O Estado: Social, Prestador, Providência. Caracterização e faseamento da evolução do Estado Social.

2 - Anti-liberalismo e decisionismo (MAURRAS, C. SCHMITT). Do primado da política ao «culto do chefe». Fascismo e nazismo como modalidades anti-liberais de Estado social «total». A necessidade de distinguir regimes políticos autoritários de totalitários (H. ARENDT).

3 - As ideias socialistas. Socialismos «utópicos» (SAINT-SIMON, FOURIER, OWEN) e «científicos» (MARX, ENGELS). «Filosofia de Miséria» e «Miséria de Filosofia»: encontros e desencontros de ideias e de estratégias anarquistas (PROUDHON, BAKUNINE) e socialistas. Da teoria à prática do socialismo: estratégias de conquista (LENINE, TROTSKY, R. LUXEMBURG, ESTALINE, MAO) e modelos de exercício do poder político (soviético, chinês, terceiro-mundista). As «consciências críticas» - ainda que «comprometidas» («engagés») - do socialismo teórico e prático (ALTHUSSER, LUKÀCS, GRAMSCI, SARTRE).

4 - Da defesa da estratégia reformista (em vez da revolucionária) à teorização do revisionismo (BERNSTEIN). A social-democracia.

5 - A doutrina social da Igreja como fonte de inspiração de diversificadas correntes políticas. O personalismo e a democracia cristã (J. MARITAIN, E. MOUNIER).

IV - O ESTADO PÓS-SOCIAL

1 - A crise do Estado - Providência e a necessidade de colocação da questão da «morte» ou do «renascimento» dos fenómenos estaduais. O Estado Pós-social.

2 - A queda do muro de Berlim e a «passagem de testemunho» da geração dos «filhos de Marx e da Coca-cola» (GODARD) para a dos «filhos da Televisão e de Cláudia Schiffer» (TAVERNIER). «Fim» ou «renascimento» das ideologias?

3 - Tentativa de caracterização de algumas das novas correntes políticas da actualidade:

3.1 - Do poder da linguagem à linguagem do poder: O estruturalismo (BARTHES, FOUCAULT, DERRIDA).

3.2 - A transposição dos problemas do «inconsciente» dos indivíduos (FREUD) para o domínio social: do freudo-marxismo (W. REICH) à psicanálise da cultura (LACAN).

3.3 - Os neo-liberalismos e a crítica da intervenção estadual (HAYEK, M. FRIEDMAN, NOZICK, LEPAGE, SORMAN). Orientações conservadoras e tendências libertárias (o anarco-capitalismo).

3.4 - O pós-socialismo e a pós-social-democracia (TOURAINÉ, JULLIARD, ROSANVALLON, ROCCARD, RAWLS): a apologia de um novo modelo de actuação dos poderes públicos.

3.5 - O racionalismo crítico e a «escola de Frankfurt» (MARCUSE, HABERMAS, ADORNO, HORKHEIMER): o marxismo revisitado na sociedade comunicacional.

3.6 - Da «euforia» do Maio de 68 à «ressaca» da filosofia: os «novos filósofos» (CLAVEL, GLUCKSMANN, B. HENRI-LÉVY). Os intelectuais e o «espírito de missão mediático»: vedetismo e «grandes causas morais».

3.7 - A ecologia como «bandeira política»: os movimentos alternativos. A compensação da «ingenuidade» das propostas políticas globais através das potencialidades estratégicas de intervenção.

3.8 - A informática como «ideologia» (TOFFLER, NAISBITT). A utopia da «casinha tecnológica» situada em plena «aldeia global». Política e novas tecnologias.

ALGUMAS INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE CARÁCTER GERAL

- FREITAS DO AMARAL, «Ciência Política», volumes II e III, lições policopiadas, Lisboa, 1986.
- JEAN-MICHEL BESNIER, «Histoire de la Philosophie Moderne et Contemporaine - Figures et Oeuvres», Grasset, Paris, 1993.
- JEAN-MICHEL BESNIER / JEAN-PAUL THOMAS, «Chronique des Idées d' Aujourd' hui - Éloge de la Volonté», P. U. F., Paris, 1987.
- FRANÇOIS CHÂTELET / ÉVELINE PISIER- KOUCHNER, «Les Conceptions Politiques du XXe. Siècle», 2ª edição, P. U. F., Paris, 1983.
- DAVID MUSCHAMP, «Political Thinkers», Macmilan, London, 1986.
- DAVID MILLER / JANET COLEMAN / WILLIAM CONNOLLY / ALAN RYAN, «The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought», 1ª edição (3ª reimpressão), Blackwell, Oxford / Cambridge, 1995.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Regência - Professor Doutor Armando Marques Guedes

DIREITO DA GUERRA

INTRODUÇÃO

1. Noção jurídica de guerra.
2. O Direito da Guerra no âmbito do Direito Internacional Público.
3. Princípios fundamentais e princípios gerais do Direito da Guerra.
4. Princípios privativos de alguns blocos.
5. Variantes e desenvolvimentos nacionais: regras internas do Direito da Guerra.
6. História do Direito da Guerra.
7. Fontes do Direito da Guerra.
8. Direito da Guerra e Direito Humanitário.
9. Regulamentação diferenciada (i) da guerra terrestre, (ii) da guerra naval e (iii) da guerra aérea e aero-espacial.
10. Extensão do Direito da Guerra aos conflitos armados (i) superestaduais e aos (ii) não-internacionais.
11. O caso particular do terrorismo.

PARTE SISTEMÁTICA

CAP. I - *O estado de guerra*

12. O estado de guerra.
13. Estado de guerra e hostilidades.
14. a) Início (formal ou informal) do estado de guerra.
15. (i) Início formal: a declaração de guerra. Declaração simples e ultimato.
16. (ii) Início informal.
17. b) Efeitos do estado de guerra. Efeitos gerais e efeitos especiais, tanto entre beligerantes com em relação a terceiros.
18. c) Cessação ou termo (formal ou informal) do estado de guerra.
19. (i) Cessação formal: o tratado de paz.
20. (ii) Cessação informal.
21. Anexação parcial ou total.
22. A *debellatio*.

Sec. I - *Guerra terrestre*

23. A guerra terrestre.
24. (i) Região, teatro e zonas da guerra terrestre.

25. Áreas imunes.
26. Povoações não defendidas ou abertas.
27. (ii) Meios de combate.
28. Forças regulares.
29. Combatentes.
30. Não combatentes.
31. Forças auxiliares e milícias.
32. Mercenários.
33. Armas, vectores de armas, e sistemas de armas.
34. Armas lícitas, armas de duvidosa legitimidade e armas ilícitas.
35. (iii) Modos de combate.
36. Regras gerais.
37. Prisioneiros.
38. Pessoas protegidas.
39. Ardis de guerra.
40. Espiões.
41. (iv) Alvos de combate.
42. (v) Suspensão de hostilidades.
43. Tréguas.
44. Cessar-fogo.
45. Armistício. Espécies.
46. Capitulação e rendição. Variantes.
47. (vi) Ocupação. Efeitos no plano militar e na vida administrativa e civil.

Sec. II - Guerra naval

48. A guerra naval.
49. (i) Região, teatro e zonas da guerra naval.
50. (ii) Meios de combate.
51. Combatentes e não-combatentes.
52. Navios militares.
53. Corsários.
54. Piratas.
55. Minas.
56. Meios terrestres, aéreos e aero-espaciais.
57. (iii) Modos de combate.
58. Abalroamento e abordagem.
59. Tiro.
60. Apresamento.
61. Ardis de guerra.
62. Zonas de exclusão.
63. (iv) Alvos de combate.
64. Alvos navais, terrestres, aéreos e aero-espaciais.
65. (v) Suspensão de hostilidades.

Sec. III - *Guerra aérea e aero-espacial*

- 66. A guerra aérea e aero-espacial.
- 67. (i) Região, teatro e zonas de guerra.
- 68. (ii) Meios de combate.
- 69. (iii) Modos de combate.
- 70. (iv) Alvos de combate.
- 71. (v) Suspensão de hostilidades.

CAP. II - *Neutralização e neutralidade*

- 72. A neutralização. História e fontes.
- 73. A neutralidade. História e fontes.
- 74. a) A neutralização e a neutralidade na guerra terrestre.
- 75. b) A neutralização e a neutralidade na guerra naval.
- 76. c) A neutralização e a neutralidade na guerra aérea e aero-espacial.

CAP. III - *Responsabilidade internacional decorrente da guerra*

- 77. a) Responsabilidade civil.
- 78. b) Responsabilidade disciplinar.
- 79. Responsabilidade criminal: (i) o crime da guerra e (ii) os crimes de guerra.
- 80. Crimes contra a Humanidade. O genocídio.
- 81. Responsabilidade criminal no Direito Português.

SOCIOLOGIA ELEITORAL

Regência - Professor Doutor Manuel Braga da Cruz

1. Introdução: o estudo sociológico dos fenómenos eleitorais.
2. A evolução do sufrágio eleitoral: alargamento e democratização.
3. Sistemas eleitorais.
4. Sistemas eleitorais e sistemas de partidos.
5. Sistemas eleitorais e sistemas de governo.
6. Evolução do sufrágio em Portugal.
7. Participação política e participação eleitoral.
8. Determinantes e efeitos sociais do voto.
9. Condicionantes e consequências políticas do voto.
10. Economia e cultura nos comportamentos eleitorais.
11. O abstencionismo eleitoral.
12. A volatilidade eleitoral.
13. As eleições e os *media*.

BIBLIOGRAFIA

- Andrew M. Casrtairs, *A short history of electoral systems in western Europe*, London, G. Allen & Unwin, 1980.
- W. J. M. Mackenzie, *Elecciones libres*, Madrid, Tecnos, 1962.
- F. A. Hermens, *Democracy or Anarchy. A study of proportional representation*. Notre Dame University Press, 1941.
- Maurice Duverger, *Les partis politiques*, Paris, A. Colin, 1951.
- Douglas W. Rae, *The political consequences of electoral laws*, New Haven, Yale University Press, 1971.
- B. Groffman & Arendt Lijphart, *Electoral laws and their political consequences: the state of the art*, New York, Agathon press, 1983.
- Vernon Bogdanor & David Butter, *Democracy and Elections. Electoral systems and their political consequences*, Cambridge University Press, 1994.
- Arendt Lijphart, *Electoral systems and party svstems*, Oxford University Press, 1994.
- Giovanni Sartori, «*Ingegneria politica e sistemi elettorali*» in *Teoria dei partiti e caso italiano*, Milano, Sugarco Edizioni, 1982.
- Fulco Lanchester, *Sistemi elettorali e forme di governo*, Bologna, Il Mulino, 1981.
- Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868 - 1890)*, Lisboa, Difel, 1991.
- A. Lopes Cardoso, *Os sistemas eleitorais*, Lisboa, Salamandra, 1994.
- M. Braga da Cruz, *Instituições políticas e processos sociais*, Lisboa, Bertrand, 1995.
- G. Almond & S. Verba, *La cultura civica. Estudio sobre la participacion politica democratica en cinco naciones*, Madrid, Euramerica, 1970.
- Lester Milbrath, *Political participation. How and why do people get involved in politics?*, Chicago. Rand McNally, 1965.
- Stein Rokkan, *Citizens, elections, parties*, Oslo, Universitetsforlaget, 1970.
- S. N. Eisenstadt & Rene Lemarchand, *Political clientelism, patronage and development*, Sage, 1981.

- Denis Lindon & Pierre Weil, *Le choix d' un député. Un modèle explicatif du comportement electoral*, Paris, Ed. Minit, 1974.
- Seymour Lipset, *O Homem político*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- Anthony Down, *Teoria economica de la democracia*, Madrid, Aguilar, 1973.
- Bernard Grofman, *Information, participation & choice. An economic theory of democracy in perspective*, The University of Michigan Press, 1994.
- Reinhard Zintl, *Comportamiento politico y eleccion racional*, Barcelona, Gedisa, 1995.
- P. Lazarsfeld, B. Berelson, H. Gaudet, *The people' s Choice. How the voter makes up his mind in a presidencial campaign*, New York, Columbia University Press, 1944.
- B. Berelson, P. Lazarsfeld & W. McPhee, *Voting. A study of opinion formation in a presidencial campaign*, The University of Chicago Press, 1954.
- Daniel Gaxie, *Explication du vote. Un bilan des etudes electorales en France*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.
- Hans Daalder & Peter Mair, *Western European Party Systems. Continuity and Change*, Sage, 1983.
- Dennis Kavanagh, *Electoral politics*, Oxford, Clarendon Press, 1992.
- Renato Mannheimer & Giacomo Sani, *Il mercato elettorale. Identikit dell' elettore italiano*, Bologna, Il Mulino, 1987.
- A. Lancelot, *L' abstencionisme electorale en France*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1968.
- Juan Linz & José R. Montero, *Crisis y cambio: electores y partidos en la España de los anos ochenta*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1986.
- Ivor Crewe & David Denver, *Electoral Change in Western Democracies, Patterns and sources of electoral volatility*, London & Sydney, Croom Helm, 1985.
- Dalton, Beck & Flanagan, *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies. Realignment or dealignment?*, Princeton University Press, 1984.

DIREITO ADMINISTRATIVO DA ECONOMIA

Regência - Professor Doutor Paulo Otero

A INTERVENÇÃO PÚBLICA SOBRE O SECTOR PRIVADO

INTRODUÇÃO

PARTE I **Parte Geral**

Capítulo I - A Intervenção Pública

- § 1º - Origem e evolução
- § 2º - Princípios jurídicos fundamentais
- § 3º - Modalidades
- § 4º - Instrumentos jurídicos

Capítulo II - Actividade Económica do Sector Privado

- § 1º - Propriedade dos meios de produção: o sector privado
- § 2º - Princípios gerais da actividade económica do sector privado

PARTE II **Parte Especial**

Título I **Intervenção Sobre as Entidades Privadas**

Capítulo I - Intervenção sobre a Constituição e Modificação dos Entes Privados

Capítulo II - Intervenção sobre a Gestão dos Entes Privados

- § 1º - Intervenção condicionante e de controlo
- § 2º - Intervenção reguladora
- § 3º - Intervenção substitutiva

Capítulo III - Intervenção sobre a Titularidade dos Entes Privados

Secção I - Princípios constitucionais

Secção II - Instrumentos de intervenção

- § 1º - Confisco
- § 2º - Expropriação
- § 3º - Idem: a nacionalização

Título II

Intervenção sobre a Actividade Económica

Capítulo I - Principais institutos jurídicos

- § 1º - Intervenção condicionante
- § 2º - Intervenção de fomento
- § 3º - Intervenção orientadora
- § 4º - Intervenção inspectiva
- § 5º - Intervenção sancionatória

Capítulo II - Principais sectores de actividade

- § 1º - Agricultura e Pescas
- § 2º - Indústria e Energia
- § 3º - Comércio e Turismo
- § 4º - Obras Públicas
- § 5º - Transportes e Comunicações
- § 6º - Banca e Seguros

BIBLIOGRAFIA

I - Manuais de Direito da Economia

A) Portugal

- ALMEIDA, Carlos Ferreira de - *Direito Económico*. 2 vols., policop., AAFDL, Lisboa, 1979.
- ATAÍDE, Augusto de - *Elementos para um Curso de Direito Administrativo da Economia*. Lisboa, 1970.
- CORDEIRO, António Menezes - *Direito da Economia*. I, 3ª reimp., AAFDL, Lisboa, 1990.
- FERREIRA, Eduardo Paz - *Sumários de Direito da Economia*. I, AAFDL, Lisboa, 1995.
- FRANCO, António L. de Sousa - *Direito Económico (Súmulas)*. II, AAFDL, Lisboa, 1983.
- Noções de Direito da Economia*. I, reimp., AAFDL, 1982-83.
- MIRANDA, Jorge - *Direito da Economia*. Policop., Univ. Católica, Lisboa, 1983.
- MONCADA, LUÍS S. Cabral de - *Direito Económico*. 2ª ed., Coimbra, 1988.
- PATRÍCIO, J. Simões - *Curso de Direito Económico*. 2ª ed., AAFDL, Lisboa, 1981 - 82.
- PINTO, Carlos Alberto da Mota - *Direito Público da Economia*. Policop., Coimbra, 1982 - 83.
- SANTOS, António Carlos / GONÇALVES, Maria Eduarda / MARQUES, Maria Manuel Leitão - *Direito Económico*. 2ª ed., Coimbra, 1995.
- VAZ, Manuel Afonso - *Direito Económico*. 3ª ed., Coimbra, 1994.

B) Alemanha

- BADURA, P. - *Wirtschaftsverwaltungsrecht*, in von MÜNCH (org.), *Besonderes Verwaltungsrecht*, 8ª ed., München, 1988, p. 283 seg.
- FROTHER, Werner - *Wirtschaftsverfassungs und Wirtschaftsverwaltungsrecht*. München, 1994.
- HUBBER, E. R. - *Wirtschaftsverwaltungsrecht*. 2ª ed., 2 vols., Tübingen, 1953-54.
- JARASS, Hans D. - *Wirtschaftsverwaltungsrecht*. Frankfurt, 1980.
- STOBER, Rolf - *Wirtschaftsverwaltungsrecht*. Stuttgart / Berlín / Koln, 1989. (há trad. cast., *Derecho Administrativo Económico*, Madrid, 1992).

C) Espanha

BAQUER, Sebastian Martín-Retortillo - *Derecho Administrativo Economico*. 2 vols., reimp., Madrid, 1991.

MATEO, Ramon Martin - *Derecho Público de la Economia*. Madrid, 1985.

D) França

LAUBADÈRE, André de - *Droit Publique Économique*. Paris, 1979. (há trad. portuguesa, *Direito Público Económico*. Coimbra, 1985).

LAUBADÈRE, André de / GAUDEMET, Yves - *Traité de Droit Administratif*. IV, 4ª ed., Paris, 1990.

SAVY, Robert - *Droit Publique Économique*. Paris, 1977. (há trad. portuguesa, *Direito Público Económico*. Lisboa 1984).

E) Itália

CAVALLO, Bruno / PLINIO, Giampiero - *Manuale di Diritto Pubblico dell' Economia*. Milano, 1983.

GIANNINI, Massimo Severo - *Diritto Pubblico dell' Economia*. 2ª ed., reimp., Bologna, 1995.

QUADRI, G. - *Diritto Pubblico dell' Economia*. 2ª ed., Padova, 1980.

ZANOBINI, Guido - *Corso de Diritto Amministrativo*. V., reimp., Milano, 1952, p. 215 seg.

II - Colectâneas de Legislação

CUNHA, Paulo de Pitta e (org.) - *União Europeia: Tratados e Decisões*. Lisboa, 1995.

FRANCO, António L. de Sousa / FERREIRA, Eduardo Paz - *Colectânea de Legislação de Direito Económico*. Coimbra, 1996.

NETO, Aurora Silva - *Legislação Comercial*. 11ª ed., Lisboa, 1996.

VAZ, Manuel Afonso - *Legislação de Direito Económico (Nacional e Comunitária)*. Coimbra, 1994.

DIREITO DO URBANISMO E DIREITO DO AMBIENTE

Regência - Professora Doutora Maria da Glória Garcia

§ 1

O direito como realidade cultural

1. O respeito da pessoa, as relações intersubjectivas e o direito.
2. As funções do direito: função de pacificação, função de orientação, função de prevenção, função de assegurar expectativas, função pedagógica.
3. A evolução histórica e o direito.
 - 3.1. O Estado liberal e os direitos de liberdade. O abstencionismo estatal.
 - 3.2. O Estado pós-liberal e os direitos cívicos. A universalização do sufrágio.
 - 3.3. O Estado social e os direitos sociais. O intervencionismo estatal e o direito do urbanismo.
 - 3.4. O Estado pós-social e os direitos de qualidade. O direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado.
4. O urbanismo e a intervenção do direito no urbanismo.
5. O ambiente e a consciência da necessidade de protecção do ambiente.
 - 5.1. Proteger, corrigir e mudar: as três etapas de evolução do direito do urbanismo e do direito do ambiente.

§ 2

O direito do urbanismo e o direito do ambiente. Noções gerais.

1. Multidisciplinaridade das questões do urbanismo e do ambiente.
2. O urbanismo e o ambiente. O urbanismo como componente do ambiente humano.
3. Os direitos e os deveres no âmbito do direito do urbanismo e do direito do ambiente.
4. Os princípios gerais de direito e as normas de direito do urbanismo e de direito do ambiente.
5. Os conflitos de direitos e os conflitos de deveres. Os conflitos de princípios gerais de direito e os conflitos de normas.

§ 3

Os princípios gerais de direito do urbanismo e do ambiente

1. O princípio da unidade da ordem jurídica e o princípio da hierarquia das normas.
 - 1.1. A Constituição, as convenções internacionais, as leis ordinárias, os regulamentos.
 - 1.2. A protecção do urbanismo e do ambiente e os diferentes ramos do direito.
2. Os princípios organizacionais do Estado.
 - 2.1. O princípio da separação de poderes e a realização do direito do urbanismo e do direito do ambiente.

- 2.2. O princípio da centralização administrativa e o princípio da descentralização. O Ministério do Equipamento Social. O Ministério da Cultura. O Ministério do Ambiente e o Instituto Nacional do Ambiente. As autarquias locais.
- 2.3. O princípio da concentração administrativa e o princípio da desconcentração.
- 2.4. O princípio da desburocratização e o princípio da interdependência orgânica na tomada das decisões sobre o urbanismo e o ambiente.
3. A sociedade de risco e o princípio da solidariedade intrageracional.
 - 3.1. O voluntarismo.
 - 3.2. O princípio do associativismo.
4. A sociedade de risco e o princípio da prevenção.
 - 4.1. O planeamento e as decisões de plano. A análise prospectiva.
 - 4.2. As medidas de natureza preventiva ou cautelar.
5. O princípio da iniciativa económica e o direito da propriedade. Suas restrições.
 - 5.1. A função social da propriedade.
 - 5.2. As imposições autoritárias de natureza ablativa. O instituto do «set aside».
6. O princípio da participação dos cidadãos e o princípio da autoridade do Estado.
 - 6.1. A consulta pública.
 - 6.2. O licenciamento administrativo.
 - 6.3. O princípio do indeferimento tácito e o princípio do deferimento tácito.
 - 6.4. O princípio da audiência prévia.
 - 6.5. A interpretação das normas e a ponderação decisória. Os «topoi» da decisão. O princípio da decisão mais amiga ao ambiente.
7. O princípio da responsabilidade.
 - 7.1. O ilícito criminal. A sanção criminal.
 - 7.2. O ilícito administrativo ou de mera ordenação social. A sanção administrativa.
 - 7.3. A responsabilidade civil pelos danos causados.
 - 7.4. A responsabilidade objectiva.
 - 7.5. Em particular, o nexo de causalidade.
8. As garantias políticas e as garantias administrativas no âmbito do direito do urbanismo e do direito do ambiente.
 - 8.1. O direito de petição e o princípio da obrigatoriedade de resposta.
 - 8.2. Os inquéritos parlamentares.
 - 8.3. As reclamações e os recursos administrativos.
 - 8.4. O Provedor de Justiça.
9. As garantias jurisdicionais.
 - 9.1. O direito de acção tradicional e os interesses difusos. Os processos de massas.
 - 9.2. A acção popular.
 - 9.3. A acção pública.
10. A jurisprudência portuguesa sobre o direito do ambiente e sobre o direito do urbanismo.

CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

Regência - Professor Doutor João Caupers

Introdução

Capítulo I

A administração pública como objecto de estudo

1. Noção de administração
2. Noção de administração pública
3. Ciências que se debruçam sobre a administração pública:
 - 3.1. A ciência do direito administrativo
 - 3.2. A economia pública ou ciência das finanças
 - 3.3. A sociologia da administração pública
4. Existe uma ciência da administração pública?
 - 4.1. As técnicas administrativas e as «ciências administrativas»;
 - 4.2. Uma ciência unitária da administração;
 - 4.3. Uma ciência própria da administração pública:
 - 4.3.1. Concepções da ciência da administração pública;
 - 4.3.2. Posição adoptada

Capítulo II

A ciência da administração

5. A história
 - 5.1. Os precursores
 - 5.2. O post-cameralismo
 - 5.3. A refundação
6. O estudo da ciência da administração
 - 6.1. Metodologia
 - 6.2. Abordagens
 - 6.3. O ensino da ciência da administração
 - 6.4. Publicações periódicas
7. A ciência da administração e as ciências que lhe estão próximas:
 - 7.1. A ciência política
 - 7.2. A ciência do direito administrativo

Parte I

A organização pública

Capítulo I

Macro-organização: missões e princípios estruturantes

8. As missões da administração
 - 8.1. Noção
 - 8.2. Classificações

9. Princípios estruturantes: ética, responsabilidade e controlo
10. O ambiente da administração pública: organizações fechadas e organizações abertas
11. A difusão do poder e a diferenciação dos aparelhos administrativos
12. A cultura administrativa: sigilo e transparência
13. Relações entre organizações

Capítulo II

Micro-organização: elementos

14. Noção de micro-organização pública: o serviço público
 - 14.1. Organização e personalidade jurídica
15. Elementos da organização:
16. Os recursos
 - 16.1. Os recursos humanos
 - 16.1.1. O *spoils system* e o *merit system*
 - 16.1.2. Funcionários de carreira e agentes de confiança
 - 16.1.3. A melhoria da produtividade
 - 16.2. Os recursos financeiros:
 - 16.2.1. Os recursos próprios
 - 16.2.2. As transferências do orçamento do Estado
17. A estrutura
 - 17.1. Os modelos:
 - 17.1.1. O modelo burocrático: princípios, críticas e disfunções.
 - 17.1.2. O modelo autogestionário e o modelo participativo.
 - 17.2. Staff e line
 - 17.3. Centralização e descentralização
18. Os fins
19. Os destinatários

Parte II

A acção administrativa

Capítulo I

Formas e procedimentos

20. Actuações jurídicas e operações materiais
21. Actuações normativas e actuações concretas
22. Actuações unilaterais e actuações concertadas
23. Actividade e procedimento
24. Racionalização, reforma e modernização
25. Participação

Capítulo II

A decisão administrativa

26. Noção de decisão
27. Tipos de decisão
 - 27.1. Decisões planeadas e decisões não planeadas
 - 27.2. Decisões espontâneas e decisões suscitadas

28. O processo de decisão:
 - 28.1. A iniciativa;
 - 28.2. A preparação:
 - 28.2.1. Métodos quantitativos;
 - 28.2.2. O factor humano
 - 28.2.3. O factor tempo
 - 28.3. A ponderação de interesses:
 - 28.3.1. O papel das outras organizações públicas;
 - 28.3.2. Os grupos de pressão
 - 28.3.3. Relações multipolares
29. A tomada da decisão: fundamentação e discricionaridade
30. A avaliação da decisão

BIBLIOGRAFIA GERAL

- BAENA DEL ALCÁZAR, Mariano - *Curso de Ciencia de la Administración*, Madrid, 1988;
- BERKLEY, George E. - *The Craft of Public Administration*, 4ª edição, Boston, 1984;
- BERTI, Giorgio - *La pubblica amministrazione come organizzazione*, Pádua, 1968;
- CHEVALLIER, Jacques - *Science administrative*, Paris, 1986;
- CHEVALLIER, Jacques, e LOCSHAK, Danièle - *Science administrative*, dois volumes, Paris, 1978;
- CROZIER, Michel - *Le phénomène bureaucratique*, Paris, 1963; *État modeste, État moderne. Stratégies pour un autre changement*, 2ª edição, Paris, 1991;
- DEBBASCH, Charles - *Science administrative*, 4ª edição, Paris, 1985;
- DENHARDT, Robert B. - *Public Administration. An action orientation*, 2ª edição, Belmont, 1995; - *Theories of Public Organization*, 2ª edição, 1993;
- DERBYSHIRE, J. Denis - *An Introduction to Public Administration*, 2ª edição, Maidenhead, 1984;
- DIMOCK, Marshall E, e DIMOCK, G. - *Public Administration*, 5ª edição, Nova Iorque, 1983 (reimpressão);
- DRAGO, Roland - *Science administrative*, Paris, 1985;
- GARCIA DE ENTERRIA, Eduardo - *La Administración española*, 4ª edição, Madrid, 1985;
- GIANNINI, Massimo Severo - *L' amministrazione pubblica dello Stato contemporaneo*, Volume I do *Trattato di Diritto Amministrativo*, dirigido por Giuseppe Santaniello, Pádua, 1988;
- GOURNAY, Bernard - *Introdução a Ciência Administrativa*, Lisboa, sem data (tradução do original em língua francesa);
- GREENWOOD, John e WILSON, David - *Public Administration in Britain Today*, 2ª edição, Londres, 1989;
- HARMON, Michael e MAYER, Richard - *Organization Theory for Public Administration*, Boston, 1986;
- HEADY, Ferrel - *Public Administration. A comparative perspective*, 5ª edição, Nova Iorque, 1995;
- HENRY, Nicholas - *Public Administration and Public Affairs*, 5ª edição, New Jersey, 1992;
- JIMÉNEZ NIETO, Juan Ignacio - *Teoría General de la Administración*, 2ª edição, Madrid, 1981;
- LÓPEZ NIETO, Francisco - *La Administración pública en España*, Barcelona, 1989;
- LUNENBURG, Fred C. e ORNSTEIN, Allan C. - *Education Administration Concepts and cases*, Belmont, 1991;

- MAYNTZ, Renate - *Sociologia da la Administración Pública*, Madrid, 1985 (tradução do original em língua alemã);
- MORTARA, V. - *Introduzione alla amministrazione italiana*, 6ª edição, 1990;
- NIGRO, Felix A. e NIGRO, Lloyd G. - *Modern Public Administration*, 5ª edição, Nova Iorque, 1980;
- PUETTNER, G - *Verwaltungslehre*, 2ª edição, 1989;
- ROBBINS, Stephen P. - *Organization Theory*, 2ª edição, New Jersey, 1987;
- ROSEMBLOOM, David H. - *Public Administration. Understanding Management, Politics and Law in the Public Sector*, 2ª edição, Nova Iorque, 1989;
- TIMSIT, Gérard - *Théorie de l' Administration*, Paris, 1986.

OBRAS COLECTIVAS

- Classics of Public Administration*, 3ª edição, Belmont, 1992;
- Current Issues in Public Administration*, 5ª edição, Nova Iorque, 1994.
- The Dimensions of Public Administration: Introductory Readings*, 4ª edição, Boston, 1974;
- The frontiers of public administration*, Nova Iorque, 1967;
- Mélanges Georges Langrod - Science et action administratives*, Paris, 1980;
- Scienza dell' Amministrazione - Atti del 1º Convegno di Studi di Scienza dell' Amministrazione*, Milão, 1957;
- Theory and Practice of Public Administration: Scope, Objectives and Methods*, Filadélfia, 1968;
- Traité de Science Administrative*, Paris, 1966 (existe tradução em língua castelhana).

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Regência - Professor Doutor Sérvulo Correia

Tema

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

PARTE I

RAZÃO DE SER E NATUREZA DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Capítulo I - O Emprego do Modo Contratual de Actuação pela Administração Pública

§ 1º Razões da contratação administrativa.

1. O contrato como instrumento de economato ou de actividade administrativa empresarial e como meio de prossecução directa de atribuições administrativas.
2. O contrato como modo de participação dos particulares.
3. O contrato como instrumento da colaboração da Administração com os particulares.
4. O contrato como instrumento de coordenação e de auxílio administrativo.

§ 2º Contratação administrativa privada e contratação administrativa pública.

5. Autonomia privada e autonomia pública da Administração.
6. O emprego dos contratos de direito privado pela Administração.
7. Génese e actual razão de ser dos contratos administrativos.

Capítulo II - Os contratos Administrativos

8. O conceito de contrato administrativo.
9. As figuras próximas do contrato administrativo.
10. Tipologia dos contratos administrativos.
11. Principais fontes da regulação dos contratos administrativos no ordenamento português.
12. A contestação da figura do contrato administrativo; sua improcedência.

Capítulo III - A contratação administrativa em Direito Comparado

§ 1º Sistemas de administração judiciária.

13. Direito inglês.
14. Direito norte-americano.

§ 2º Sistemas de administração executiva.

15. Direito francês.
16. Direito alemão.
17. Direito espanhol.

18. Direito italiano.
19. Direitos dos países africanos de língua oficial portuguesa.
- § 3º *Sistemas mistos.*
20. Direito brasileiro.

PARTE II

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO

Capítulo I - Princípios Gerais do Procedimento Administrativo de Contratação

§ 1º *Princípios gerais da conduta administrativa.*

21. Aplicabilidade dos princípios gerais da conduta administrativa.

§ 2º *Princípios específicos do procedimento administrativo de contratação*

22. Princípio da publicidade.
23. Princípio da concorrência.
24. Princípio da estabilidade.

Capítulo II - Sujeitos do Procedimento Administrativo de Contratação.

25. Generalidades.

§ 1º *A Administração Contratante.*

26. Pessoas colectivas públicas e privadas que geram a aplicabilidade do Decreto-Lei nº 55/95, de 29 de Março.
27. Pessoas colectivas públicas e privadas que geram a aplicabilidade do Decreto-Lei nº 405/93, de 10 de Dezembro.

§ 2º *Os co-contratantes.*

28. Fundamentos de exclusão de co-contratantes.
29. Nacionalidade.

Capítulo III - A Marcha do Procedimento Administrativo de Contratação.

§ 1º *A decisão de contratar.*

30. A decisão de contratar em sentido estrito.
31. A escolha do tipo de procedimento.
32. A autorização de despesas.

§ 2º *A regulação da fase de selecção do co-contratante.*

33. Natureza jurídica dos documentos do concurso.
34. O anúncio do concurso.
35. O programa de concurso.
36. O caderno de encargos
37. O projecto.

§ 3º *A selecção do co-contratante.*

38. Proposta, candidatura e pedido de participação.
39. Requisitos exigíveis aos candidatos.
40. Acto público do concurso: a comissão do concurso.
41. Acto público do concurso: actos da comissão de concurso.
42. Fundamentos de rejeição de propostas, candidaturas ou pedidos de participação.
43. Acto público de concurso: reclamação e recursos de actos da comissão de concurso.
44. Adjudicação.

§ 4º *Redacção e outorga do contrato.*

45. Minuta do contrato.
46. Prestação de caução.
47. Celebração do contrato.

PARTE III TRÊS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Capítulo I - A Empreitada de Obras Públicas

§ 1º *O conteúdo do contrato*

48. Idem.

§ 2º *Os elementos do contrato.*

49. Idem.

§ 3º *A execução do contrato.*

50. Consignação da obra.
51. Plano de trabalhos.
52. Realização dos trabalhos.
53. Pagamentos.

§ 4º *Incumprimento e revisão do contrato.*

54. Idem.

§ 5º *Cessão da posição contratual e subempreitada.*

55. Cessão da posição contratual.
56. Subempreitada.

§ 6º *Recepção e liquidação da obra.*

57. Idem.

§ 7º *Rescisão e resolução do contrato.*

58. Rescisão.
59. Resolução.

Capítulo II - Concessão de Uso Privativo do Domínio Público.

§ 1º *Conteúdo e elementos do contrato.*

60. Idem.

§ 2º *A execução do contrato.*

61. Idem.

§ 3º *Cessão da posição contratual.*

62. Idem.

§ 4º *Modificação e extinção do contrato.*

63. Idem.

Capítulo III - Contratos-programa de natureza sectorial ou plurisectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e um ou mais municípios, associações de municípios ou empresas concessionárias destes.

§ 1º *Conteúdo e elementos do contrato*

64. Idem.

§ 2º *A execução do contrato.*

65. Idem.

§ 3º *Modificação e extinção do contrato.*

66. Idem.

PARTE IV

O CONTENCIOSO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Capítulo I - Campo material e modalidades processuais.

67. Litígios sobre decisões tomadas no âmbito do procedimento administrativo de contratação.

68. Litígios sobre validade, interpretação e execução dos contratos administrativos.

69. Acção administrativa e recurso contencioso de anulação no âmbito do contencioso dos contratos administrativos.

Capítulo II - A acção administrativa.

70. Especialidades quanto aos pressupostos processuais.

71. Especialidades quanto à tramitação.

72. A execução das sentenças.

73. A acção pela via da arbitragem.

Capítulo III - O recurso contencioso dos actos destacáveis.

74. Idem.

BIBLIOGRAFIA GERAL

I. TEORIA GERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PORTUGAL

- Casalta Nabais, *Contratos Fiscais (Reflexões acerca da sua Admissibilidade)*, Coimbra, 1994.
- Freitas do Amaral, *Direito Administrativo*, III, Lisboa, 1989, pp. 417 ss.
- Maria João Estorninho, *Requiem pelo Contrato Administrativo*, Coimbra, 1990.
- Melo Machado, *Teoria Jurídica do Contrato Administrativo*, Coimbra, 1937.
- Paz Ferreira, *Da Dívida Pública e das Garantias dos Credores do Estado*, Coimbra, 1995, pp. 261-377.
- Rebello de Sousa, *O Concurso Público na Formação do Contrato Administrativo*, Lisboa, 1994.
- Sérvulo Correia, *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, Coimbra, 1987.

FRANÇA

- Chapus, *Droit Administratif Général*, 6ª ed., Paris, I, 1992, pp. 867 - 893.
- Laubadère \ Moderne \ Delvolvé, *Traité des Contrats Administratifs*, 2ª ed., Paris, I, 1983, II, 1984.
- Morand - Deviller, *Cours de Droit Administratif*, 4ª ed., Paris, 1995, pp. 362 - 427.
- Moreau, *Droit Administratif*, Paris, 1989, pp. 255-307.
- Richer, *Droit des Contrats Administratifs*, Paris, 1995.
- Vedel \ Delvolvé, *Droit Administratif*, 12ª ed., Paris, I, pp. 369-443.

ALEMANHA

- Bullinger, *Vertrag und Verwaltungsakt*, Estugarda, 1962.
- Faber, *Verwaltungsrecht*, 3ª ed., Tübingen, 1992, pp. 247-253 e 273-279.
- Hermann Hill (ed.), *Verwaltungshandeln durch Verträge und Absprachen*, Baden - Baden, 1990.
- Maurer (tradução de Michel Fromont), *Droit Administratif Allemand*, Paris, 1994, pp. 359-407.
- Schimpf, *Der verwaltungsrechtliche Vertrag unter besonderer Berücksichtigung seiner Rechtswidrigkeit*, Berlim, 1982.
- Wolff \ Bachof \ Stober, *Verwaltungsrecht*, 10ª ed., Munique, I, pp. 787, 811.

BRASIL

- Carlos de Barros Júnior, *Contratos Administrativos*, São Paulo, 1986.
- Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, 18ª ed., São Paulo, 1993, pp. 194-292.
- Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, *Contratos Administrativos*, São Paulo, 1981.

ESPANHA

- García de Enterría \ Tomás - Ramón Fernández, *Curso de Derecho Administrativo*, 7ª ed., Madrid, 1995, I, pp. 645-691.
- Gaspar Ariño, *La Reforma de la Ley de Contratos del Estado*, Madrid, 1984.
- Villar Palasi, *Lecciones sobre Contratacion Administrativa*, Madrid, 1969.

ITÁLIA

- Bardusco, *La Struttura dei Contratti delle Pubbliche Amministrazioni*, Milão, 1974.
- Buscema (A.) \ Buscema (S.), *I Contratti della Pubblica Amministrazione*, Pádua, 1987.
- Cassese (S.), *Le Basi del Diritto Amministrativo*, Turim, 1989, pp. 279-287.
- Greco, *I Contratti dell' Amministrazione tra Diritto Pubblico e Privato*, Milão, 1986.
- Moscarini, *Profili Civilistici del Contratto di Diritto Pubblico*, Milão, 1988.

II. TIPOS CONTRATUAIS VERSADOS

PORTUGAL

A. EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

- Andrade da Silva, *Regime Jurídico da Empreitada de Obras Públicas Anotado e Comentado*, Coimbra, 1987.
- Marçal Puyol, *25 Anos de Jurisprudência sobre o Contrato de Empreitada*, Lisboa, 1995.
- Romano Martínez \ Marçal Puyol, *Empreitada de Obras Públicas*, Coimbra, 1995.

B. CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO

- Freitas do Amaral, *A utilização do Domínio Público pelos Particulares*, Lisboa, 1965.
- Freitas do Amaral \ José Pedro Fernandes, *Comentário à Lei dos Terrenos do Domínio Hídrico*, Coimbra, 1978.

FRANÇA

A. EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

- Laubadère \ Moderne \ Delvolvé, *Traité des Contrats Administratifs*, cit.
- Laubadère \ Venezia \ Gandemet, *Traité de Droit Administratif*, 10ª ed., Paris, II, 1995, pp. 453-503.
- Llorens (F.), *Contrat d'Entreprise et Marché de Travaux Publics*, Paris, 1981.
- Richer, *Droit des Contrats Administratifs*, cit., pp. 277-353.

B. CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO

- Godfrin, *Droit Administratif des Biens*, 2ª ed., Paris, 1983, pp. 81-110.
- Laubadère \ Moderne \ Delvolvé, *Traité des Contrats Administratifs*, cit.
- Laubadère \ Venezia \ Gaudemet, *Traité de Droit Administratif*, II, cit., pp. 314-336.
- Richer, *Droit des Contrats Administratifs*, cit., pp. 416-447.

ITÁLIA

A. EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

- Leone, *Opere Pubbliche tra Appalto e Concessione*, Pádua, 1990.
- Picozza \ Sandulli (M.A.) \ Solinas, *I Lavari Pubblici*, Pádua, 1990.

B. CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO

- Sandulli (A.), *Manuale di Diritto Amministrativo*, 13ª ed., Nápoles, 1982, I, pp. 531-535; II, pp. 701-710.

C. CONTRATOS - PROGRAMA

- Ferrara (Rosario), *Gli Accordi di Programa*, Pádua, 1993.

ESPAÑA

A. EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

- Menéndez Gómez, *Contratos del Estado: Direccion de Obras*, Pamplona, 1992.
- Villar Palasi \ Villar Ezcurra, *Principios de Derecho Administrativo*, III, Madrid, 1983, pp. 145-311.

B. CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO

- Lafuente Benaches, *La Concession de Dominio Publico*, Madrid, 1988.

C. CONTRATOS PROGRAMA

- Menéndez Rexach, *Les Convenios entre Comunidades Autonomas*, Madrid, 1982.

DIREITO COMUNITÁRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

- Brabant, *Les Marchés Publics et Privés dans la C. E. E. et Outre-Mer*, Bruxelas, 1992.
- Caterini \ Gonnelli \ Izzo, *Normativa Comunitaria sugli Appalti*, Pádua, 1992.
- Laurita, *Appalti Pubblici e Mercato Unico Europeo*, Turim, 1991.
- Santias Viada \ Santamaria de Paredes \ Lopez Blanco, *El Derecho Comunitario de la Contratacion Publica*, Madrid, 1991.
- Trepte, *Public Procurement in the EC*, Bicester, 1993.

R E V I S T A

da FACULDADE
de DIREITO
da UNIVERSIDADE
de LISBOA



VOLUME . XXXVII
1 9 9 6

LEX